

UM PROJETO DE ESTUDO ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

VALÉRIA CABREIRA CABRERA¹; BIANCA DE FREITAS LINHARES²

¹ Universidade Federal de Pelotas – valeriacabreira@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – bipolitica@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, o desenvolvimento das análises sobre as condições de passagem de regimes não-democráticos para democráticos representou grande avanço nos estudos de Ciência Política. Em síntese, a teoria da transição democrática ou ‘primeira transição’ estudou a passagem da ditadura para a democracia e as questões disso decorrentes; a teoria da consolidação democrática ou ‘segunda transição’, atribuiu a consolidação do sistema político de um país à realização de algumas eleições sequenciais livres e sem interferência de poderes autoritários, à existência de partidos políticos, à governabilidade e à aceitação da maioria da população ao regime como a melhor opção para aquele momento histórico.

Hoje uma inovadora abordagem tem ocupado a literatura contemporânea: o exame da qualidade dos regimes democráticos. Assim, as concepções de transição e de consolidação, já exaustivamente estudados, servem agora como paradigma ao conceito de qualidade da democracia, mas não correspondem a ele, que apareceu nas últimas décadas como um amadurecimento nas discussões sobre o assunto.

Considerando o entendimento de que a democracia não se consolida por si mesma, sendo necessária, além da prática institucional, a construção de uma rede de apoio aos princípios democráticos – para a qual a identificação dos cidadãos com os valores do regime é primordial –, entende-se relevante estudar a percepção sobre direitos humanos e analisar a sua possível influência no estabelecimento da democracia substancial em contraponto à democracia institucional, que já está consolidada no país. A partir disso, pretende-se verificar qual é a relação entre a percepção do cidadão brasileiro sobre os direitos humanos e a qualidade da democracia.

A importância de fatores comportamentais e de opinião para a teoria democrática vem sendo estudado pela abordagem culturalista, para a qual a decisão do indivíduo de confiar não é estritamente racional, mas também cultural, isto é, a dinâmica das sociedades contemporâneas é que define a amplitude de possibilidades de escolhas dos indivíduos. Assim, parece adequado salientar que o descontentamento e a descrença política por parte dos cidadãos brasileiros são fenômenos contemporâneos com relevante significado na teoria democrática. No Brasil, autores como Baquero e Moisés são leituras obrigatórias sobre cultura política no país. Esses autores trabalham, entre outros aspectos, a existência de tendências a comportamentos e opiniões autoritárias entre a população de países democráticos. Nesse sentido, enfatizam que no Brasil é possível observar alguns fatores que historicamente tem configurado um tipo de cultura política híbrida, que mistura posturas favoráveis à democracia e tendências negativas em relação às instituições políticas (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008).

Tal raciocínio remete aos sucessivos dilemas de direitos humanos enfrentados pela sociedade contemporânea, que, nos termos referidos por FONSECA (1999) acaba por distinguir os indivíduos em mais e menos humanos, conforme sejam mais ou menos merecedores de direitos, não obstante os direitos humanos sejam princípios e normas da democracia brasileira e sejam destinados a todos. Nessa toada, a hipótese central do trabalho é que a forma como a maioria dos brasileiros percebe os direitos humanos compromete a qualidade da democracia no país.

2. METODOLOGIA

Para examinar o objeto apontado, será utilizada a metodologia quantitativa, por meio da análise de dados obtidos em pesquisa do tipo *survey*. Cabe esclarecer que não se realizou uma pesquisa *survey*, e sim utilizou-se dados já existentes, previamente coletados pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP), mais especificamente, os dados coletados na rodada de pesquisas aplicadas no Brasil em 2012 pelo LAPOP.

Inicialmente, procedeu-se na análise descritiva e inferencial dos dados pertinentes à dissertação. Assim, realizou-se o cruzamento de dados e verificação de associação de variáveis com auxílio do programa estatístico de computador SPSS. Após a análise inicial, se verificará a possibilidade de construção de um índice de percepção sobre direitos humanos no Brasil. O método procedural utilizado na operacionalização dos dados de opinião pública, portanto, é o estatístico

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho trata-se de projeto de dissertação já qualificado como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política, cujo objetivo central é avaliar a qualidade da democracia instalada no país a partir da percepção dos cidadãos brasileiros sobre direitos humanos. Para tanto, pretende-se caracterizar o perfil da percepção sobre direitos humanos no Brasil, construir um índice de percepção sobre direitos humanos, analisar a confiança institucional e a sua relação com a percepção dos brasileiros sobre direitos humanos, verificar o entendimento dos entrevistados acerca do que sejam direitos humanos, verificar quem o entrevistado considera que tem direito aos direitos humanos, e observar se há diferença de percepção sobre direitos humanos de acordo com variáveis demográficas, tais como renda, sexo, idade, classe social e escolaridade.

A pesquisa está em fase inicial. No entanto, tem-se avançada análise bibliográfica acerca do tema e já se procedeu na análise descritiva de alguns dados pertinentes à dissertação, realizando-se análise de frequências (que, inicialmente, demonstra a existência de diferença de percepção sobre direitos humanos quando se trata de alguns grupo de indivíduos em relação a outros).

Dessa forma, pende de conclusão o cruzamento de dados sobre regime democrático e confiança política com os dados sobre direitos humanos, o que possibilitará a finalização da pesquisa.

4. CONCLUSÕES

Ao fim, importa, ainda, dizer que os conceitos trabalhados nesse projeto são: cultura política, democracia, qualidade da democracia e direitos humanos. Tais conceitos, além de individualmente serem essenciais ao tema de pesquisa, formam em conjunto um robusto conhecimento teórico-científico capaz de corroborar para a solução do problema de pesquisa proposto.

Além do mais, cumpre referir que o estudo acerca da qualidade da democracia de novos e velhos regimes tem ocupado a muitos pesquisadores nas últimas décadas. A qualidade da democracia brasileira, inclusive, vem sendo amplamente estudada. No entanto, a inovação que traz este projeto de dissertação está na perspectiva adotada para o estudo do tema. Isso porque, desconhecem-se trabalhos na área da cultura política brasileira que estude a democracia a partir da percepção do cidadão acerca dos direitos humanos, e mesmo as pesquisas que trabalham com direitos humanos na área das ciências humanas privilegiam outros aspectos que não o cultural – é o caso das análises históricas e normativas, sobretudo.

No caso dos direitos humanos, tão caros ao processo civilizatório da humanidade, o fato de que a expressão tenha tomado um tom negativo para muitos brasileiros, trazendo à lembrança impunidade ou injustiça, deve, minimamente, chamar a atenção de qualquer sociedade que esteja comprometida com princípios de igualdade e liberdade e, sobretudo, com a democracia. Dessa forma, importa o estudo sobre a compreensão que o cidadão brasileiro tem dos direitos humanos em seu sentido normativo (enquanto lei/instituição) e axiológico (enquanto valor do regime democrático)

Assim, tem-se que a pesquisa aqui projetada se justifica por sua viabilidade – já que a bibliografia e os dados necessários estão acessíveis – por sua relevância, considerando a importância científica da verificação da qualidade da democracia nos tempos atuais, superadas a transição e a consolidação democrática, bem como a análise do comprometimento do brasileiro com os valores do regime político e com a normatização do país – por sua originalidade, uma vez que trata de tema essencial ao estudo da cultura política brasileira sob nova perspectiva (a da percepção sobre direitos humanos), apresentando informações inéditas sobre o assunto – e por sua oportunidade – tendo em vista a atualidade e o interesse para futuras pesquisas comparativas longitudinais ou entre países.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Rev. Sociol. Polít., p. 83-108, Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

FONSECA, Cláudia. **Direitos dos mais e menos humanos**. In: Horizontes Antropológicos. p. 83-122, UFRGS: Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://files.claudialwfONSECA.webnode.com.br/200000035-07f6308ee6/Direitos%20dos%20mais%20e%20menos%20humanos,%201999.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política, instituições e democracia.** Revista brasileira de ciências sociais. vol. 23, nº. 66, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/02.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.